

ESPECIFICAÇÃO

Nº 2024.1128.00024-3

Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Elaboração de Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projetos Legais, Projeto Executivo de Arquitetura e Complementares e Fiscalização da obra para a Manutenção da Antiga Fazenda do Riachão (Sede Institucional), no **Parque Estadual Serra do Cabral**, localizado nos municípios de Buenópolis e Joaquim Felício/ MG, Unidade de Conservação Beneficiada pelo Programa COPAÍBAS

Rio de Janeiro, novembro de 2024

SUMÁRIO

1. OBJETO	3
2. CONTEXTOS E ANTECEDENTES.....	3
3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO	9
4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO	10
5. ESCOPO DE SERVIÇOS	13
6. RESULTADOS, PRODUTOS ESPERADOS E CRONOGRAMA.....	21
7. EQUIPE TÉCNICA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA.....	23
8. PLANEJAMENTO GERENCIAL DAS ATIVIDADES	25
9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS	25
10. DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS.....	26
11. DAS OBRIGAÇÕES do ÓRGÃO GESTOR DA UC	26
12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	27
13. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS	29
14. DIREITOS AUTORAIS	29
15. RESPONSABILIDADE TÉCNICA	29

Especificação nº 2024.1128.00024-3

ESPECIFICAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO PRELIMINAR, ANTEPROJETO, PROJETOS LEGAIS, PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES E FISCALIZAÇÃO DA OBRA PARA A MANUTENÇÃO DA ANTIGA FAZENDA DO RIACHÃO (SEDE INSTITUCIONAL) DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CABRAL, LOCALIZADO NOS MUNICÍPIOS DE BUENÓPOLIS E JOAQUIM FELÍCIO, ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADA PELO PROGRAMA COPAÍBAS

1. OBJETO

Contratação de Pessoa jurídica Especializada para Elaboração de Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projetos Legais, Projeto Executivo de Arquitetura e Complementares e Fiscalização da obra para a manutenção da Antiga Fazenda do Riachão (Sede Institucional) do Parque Estadual da Serra do Cabral, localizado nos municípios de Buenópolis e Joaquim Felício, estado de Minas Gerais, conforme especificações a seguir.

2. CONTEXTOS E ANTECEDENTES

FUNBIO E O PROGRAMA COPAÍBAS

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), gestor financeiro dos recursos aportados para esse Projeto, é uma associação civil sem fins lucrativos que iniciou sua operação em 1996. É um mecanismo financeiro privado inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Atua como parceiro estratégico dos setores público, privado e da sociedade civil organizada, em parcerias que consolidam políticas de conservação, viabilizam programas de financiamento ambiental e também investimentos socioambientais de empresas, redução e mitigação de seus impactos, bem como o cumprimento de suas obrigações legais.

O FUNBIO é responsável pela execução operacional do Programa Copaíbas e dentro desse contexto, providencia as aquisições e contratações para as UC's contempladas com recurso desse Programa.

O Programa COPAÍBAS tem como objetivo principal contribuir para a redução da taxa de desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado.

Para isto, o Programa está estruturado em quatro metas: 1. Fortalecer o sistema de áreas protegidas do Cerrado; 2. Fortalecer a gestão territorial dos povos indígenas; 3. Sensibilizar e promover o diálogo qualificado sobre temas afetos às mudanças climáticas e conservação da biodiversidade e, por fim; 4. Promover alternativas econômicas que preservem florestas e vegetação nativa por meio da estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Cerrado e Amazônia e investimentos estratégicos em Cadeias de Valor (CV) da sociobiodiversidade.

A primeira meta, que trata de Unidades de Conservação (UCs) públicas e privadas, apoia atualmente 21 UCs no Cerrado, todas criadas em âmbito estadual. Para atendimento desta

meta, foram pensadas ações de estruturação (consolidação) destas Unidades, tais como elaboração de Plano de Manejo, fortalecimento do Conselho Gestor, demarcação da UC e melhorias das instalações disponíveis nas Unidades.

Desta forma, a presente Especificação contempla ações no Parque Estadual da Serra do Cabral, localizado nos municípios de Buenópolis e Joaquim Felício/ MG, para Elaboração de Estudo Preliminar, Anteprojeto e Projeto Executivo de Arquitetura e Complementares para a manutenção da Antiga Fazenda do Riachão (Sede Institucional), imóvel acatelado por tombamento municipal e pertencente à Unidade de Conservação em tela.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CABRAL (informações cedidas pelo IEF/ MG)

O Parque Estadual da Serra do Cabral (PESC) tem como gestor o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/ MG) e está localizado nos municípios de Buenópolis e Joaquim Felício, no estado de Minas Gerais, tendo sido criado, 29 de maio de 2005, através do Decreto nº 44. 121, com área de 22.494,20 ha. Desta área, 64% encontram-se no município de Buenópolis e 36% no município de Joaquim Felício.

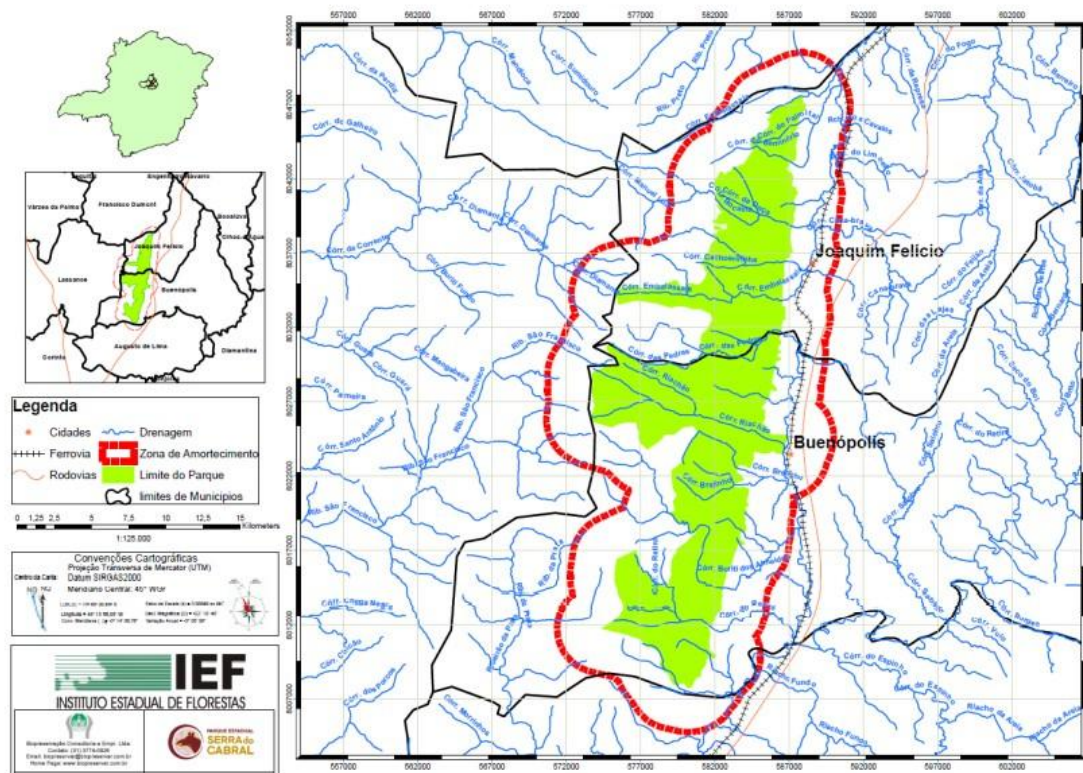


Fig.01. Localização do PESC. Fonte: Plano de Manejo. IEF, 2013

A Serra do Cabral constitui uma região de relevante beleza natural “*realçada por seus aspectos geológicos, que permitiram a implantação dos elementos vegetais e animais ali presentes*”. A serra é margeada pela Serra do Espinhaço, a leste, e o baixadão do vale do rio São Francisco, a oeste. Ao longo de toda a área do PESC é possível observar afloramentos isolados, paredões escalonados, lajedos, conjuntos de matacões e blocos abatidos que caracterizam uma rara beleza cênica regional. De acordo com o plano de manejo:

“A região de inserção da Serra do Cabral apresenta seu relevo formado basicamente por três partes distintas: as baixadas que margeiam a Serra; as encostas, algumas suaves, outras relativamente íngremes e rochosas; e o alto da Serra, com enormes blocos de pedras de patamares ligeiramente ondulados, onde as veredas se destacam. Os cursos d’água que ali nascem atravessam longas veredas e descem a serra por sulcos abertos na rocha formando, às vezes, verdadeiros “canyons”, relativamente estreitos e profundos - os grotões - onde se formam inúmeras quedas d’água, corredeiras, grutas, lapas e poços de grande ou pequena profundidade, nem sempre alcançadas pela luz do sol.”

A Serra do Cabral é ainda um braço da Serra do Espinhaço Meridional, importante cadeia de montanhas do estado de Minas Gerais, com alinhamento em direção norte-sul e *“extensão superior a 300 km, que se inicia a nordeste de Belo Horizonte, no limite norte do Quadrilátero Ferrífero”*. A Serra do Cabral está localizada na região centro-norte do Estado de Minas Gerais e ocupa uma superfície aproximada de 250.000 ha e possui perfil biogeográfico privilegiado, localizado entre o maciço do Espinhaço e a grande bacia do rio São Francisco.

O PESC está inserido neste contexto geomorfológico e, por esta razão, integra a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE)¹, importante chancela de conservação proposta pela UNESCO² e reconhecida pelo SNUC. Além disso, faz parte do *“Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha e Serra do Cabral”* proposto pelo IEF, inserido no bioma cerrado e abrigando fitofisionomias de campos rupestres, veredas, florestas de galeria e cerrado. De acordo com o plano de manejo do PESC a região na qual se localiza o parque ficou conhecida como *“área dos grandes sertões popularizada pelo escritor Guimarães Rosa”*.

A rede de drenagem da Serra do Cabral é muito densa e formada por extensos cursos d’água e veredas. A região abrangida pelo PESC é caracterizada por múltiplas nascentes e de acordo com o plano de manejo, ao norte da área do Parque, as drenagens se direcionam ao Córrego Embaiassaia, um afluente direto do Rio Jequitá, por sua vez afluente de primeira ordem do Rio São Francisco. Na parte sul do Parque, as drenagens vertem nas direções do Córrego das Pedras e para onde ele flui, o Riacho Fundo. Esta drenagem, por sua vez, é afluente do Rio Curimataí, localizado ao sul da área do PESC, e que constitui um afluente do Rio das Velhas. Algumas das mais importantes justificativas de se preservar toda a Serra do Cabral é, sem dúvida alguma, a qualidade e a quantidade de água que desce perenemente por suas encostas, para abastecer os afluentes do rio das Velhas.

O plano de manejo ressalta ainda que a região da Serra do Cabral *“é favorecida pela sua pré-história tendo nos seus limites vários pontos de inscrições rupestres”*³. Estes registros são encontrados ao longo das Lapas e Grutas na Serra do Cabral”. Ainda de acordo com o plano, o

¹ No Brasil, o Decreto Federal nº 74.685, de 14 de outubro de 1974, criou a Comissão do Programa MaB no Brasil. Mais recentemente, as Reservas da Biosfera foram contempladas pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 (Art. 41, do Capítulo VI), a qual instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. (...) A Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE) teve sua área reconhecida pela UNESCO, em 2005 (quadro 1). Está situada em três grandes biomas: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, ocupando uma área de 3.076.458 ha. O órgão responsável por sua administração é o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais e seu objetivo primordial consiste em promover a integração e a estabilidade do ambiente para a conservação dos aspectos naturais da Serra do Espinhaço. (IEF, 2013, p.32)

² Programa Homem e Biosfera (MaB) da UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

³ De acordo com a legislação vigente, os sítios arqueológicos são Patrimônio da União e sua proteção é estendida, mesmo àqueles ainda desconhecidos. A proteção aos sítios arqueológicos está estabelecida na Lei Nº 3.924, de 26/07/1961. (IEF, 2013, p.46)

Programa de Pesquisas Arqueológicas em Grutas de Minas Gerais (1980) já registrou mais de 90 sítios arqueológicos na região da Serra do Cabral. As pesquisas realizadas indicam o alto potencial arqueológico da região, com sítios de grupos caçadores-coletores onde se destacam as pinturas rupestres e o plano ainda destaca que, *“a arte rupestre é o mais numeroso e, talvez, o mais significativo vestígio arqueológico da Serra do Cabral, estando presente em todos os sítios”*. Dentre os grupos pesquisados há indícios da presença marcante de vários povos indígenas:

"Conseqüentemente, a Zona tornou-se refúgio privilegiado dos grupos indígenas que se mantiveram nas matas inferiores, afastados do processo de expansão da sociedade colonial. Eram os Botocudos, Mongoyó, Pataxó, Cumanoxó, Cutaxó, Pañame, Malali, Maxakali, Baenã e Kamakã. Tal situação permitiu-lhes, até 1760, manterem seus padrões sociais e a integridade de seus territórios".

Além disso o PESC também apresenta densa rede de drenagem com um volume de nascentes expressivas, além da presença de corredeiras e cachoeiras ao longo dos córregos, ribeirões e rios da UC. Com relação às fitofisionomia o plano indica que *“as regiões limites do Parque (partes mais altas - chapadas), são caracterizadas por vegetação de campos rupestres e/ou de veredas onde os cursos d’água correm em vales abertos formando amplas e belas paisagens”*.

A ANTIGA FAZENDA DO RIACHÃO

O PESC possui uma boa infraestrutura administrativa coordenada pelo IEF, com uma sede que se localiza no município de Buenópolis, mais precisamente no sobrado da Antiga Fazenda Riachão, alvo desta especificação.

A Antiga Fazenda do Riachão (atual sede do PESC – aprox. 640m² de área construída), caracteriza-se por uma edificação de interesse histórico/ cultural, tombado pelo município de Buenópolis em 1999 e devidamente reconhecido pelo IEPHA/ MG.

“O Sobrado da Fazenda do Riachão, bem imóvel em estudo, foi uma das primeiras grandes edificações construídas no final do século XIX na região de Buenópolis. A propriedade pertencia à família Teixeira Toledo, possuidora de inúmeras fazendas nos arredores do pequeno povoado, que mais tarde, impulsionado pela chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil (E.F.C.B.), no início do século XX, se conformaria o centro do atual município de Buenópolis.”

A edificação pertencia inicialmente à família Teixeira de Toledo, tendo sido vendida ao industrial carioca Alfredo da Silva Rocha em 1916. Com a aquisição do imóvel o industrial reformou a edificação e acrescentou ao imóvel os 03 pavimentos frontais, com arquitetura em estilo inglês. Mais tarde, a propriedade foi adquirida pela Rede Ferroviária Federal S/A (R.F.F.S.A.), sendo que em 1995, a empresa vendeu a propriedade para a Prefeitura Municipal de Buenópolis. Conforme relatado acima, em 1999 dá-se o processo de acautelamento legal do imóvel, através de tombamento municipal e em 2006 dá-se a doação do imóvel, e seu terreno ao IEF/ MG, fazendo parte do então recém-criado PESC.

Com a criação do PESC e doação do imóvel, o IEF/ MG contrata, ainda em 2006, o projeto de intervenção e restauração do imóvel, o qual é executado nos anos seguintes, dando as atuais feições ao bem em questão, passando a funcionar como sede institucional do PESC.

Atualmente a edificação apresenta, área construída de aproximadamente 640 m², distribuídos em 03 pavimentos.

O 1º pavimento possui área de recepção dos visitantes, com exposição sobre o PESC e balcão de atendimento; área de exposição permanente, com acervo e informações sobre os sítios arqueológicos do PESC (lapas, grafismo rupestre, acervo lítico e etc); grande salão multiuso; biblioteca; instalações sanitárias masculina e feminina acessíveis (02 cabines cada e lavatórios); áreas de copa, almoxarifado, depósito área de serviço; varanda lateral e rampa de acessibilidade.

O 2º pavimento, acesso por escadaria em madeira, contempla 03 salas operacionais, dedicadas aos técnicos da gestão do PESC e instalação sanitária.

O 3º pavimento, também acessado por escadaria em madeira, foi convertido em alojamento, com instalação sanitária, utilizado pelo atual gerente do PESC.

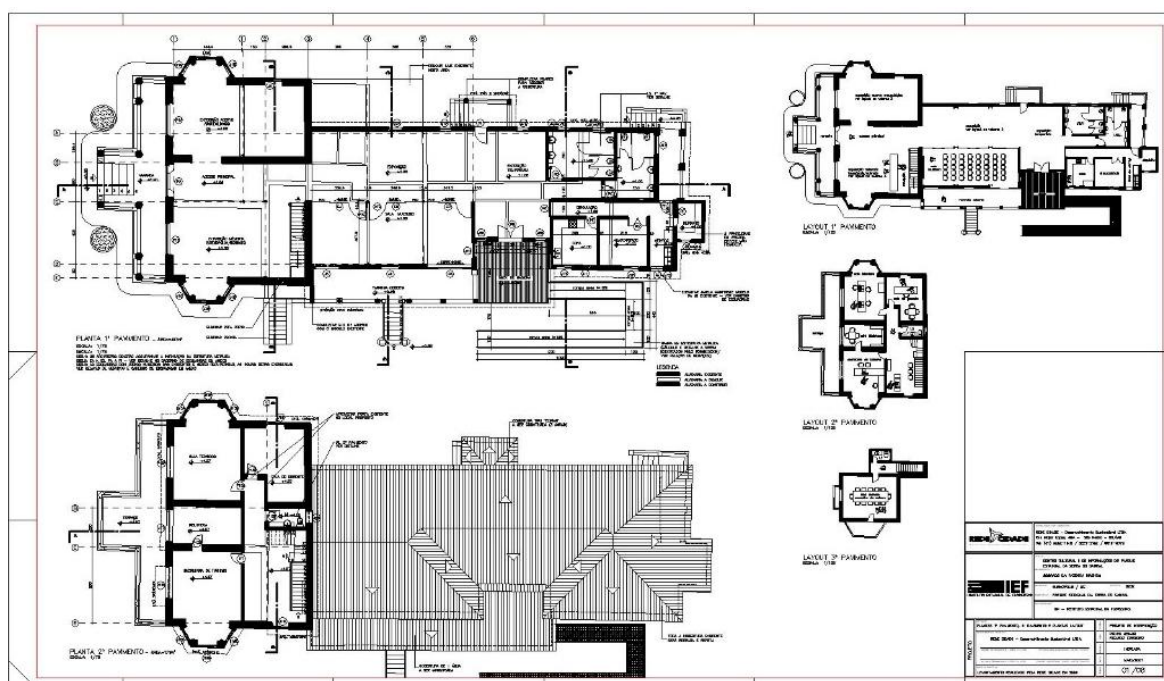


Fig. 02: Reprodução Projeto Intervenção. Plantas 1 e 2º pavto. Fonte: IEF, 2007.

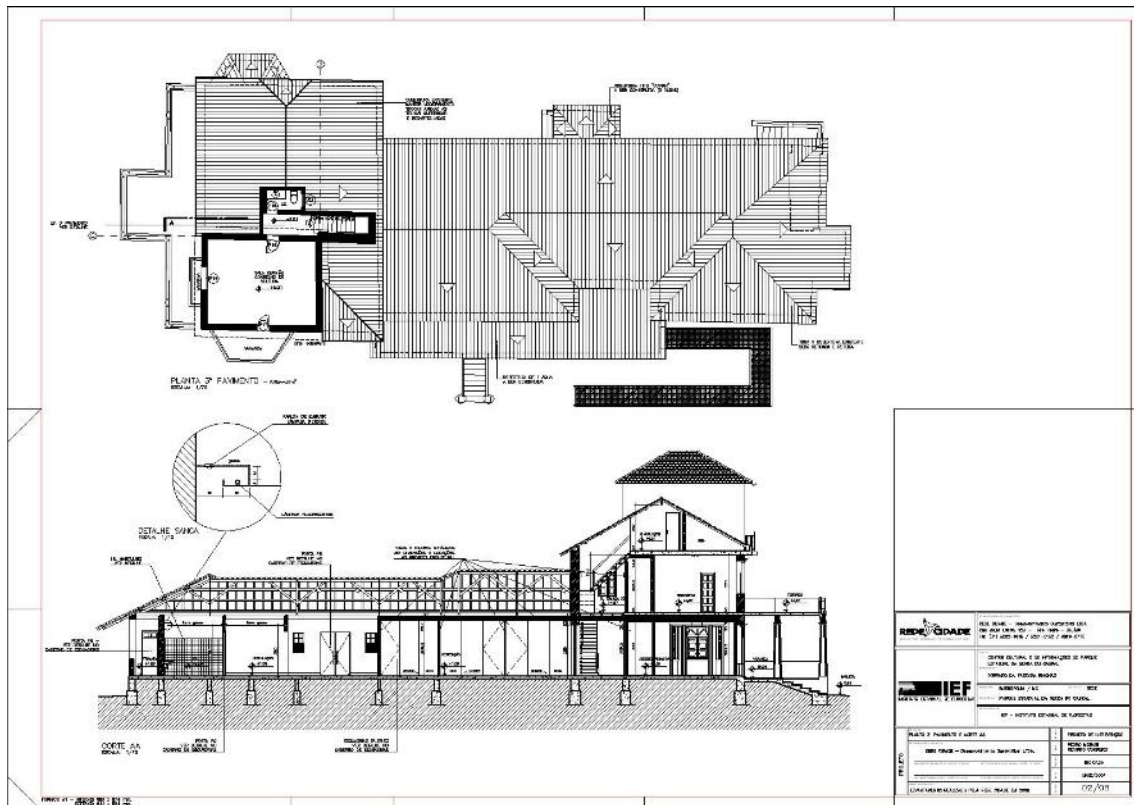


Fig. 03: Reprodução Projeto Intervenção. Planta 3º pavto e Seção Longitudinal. Fonte: IEF, 2007.



Fig. 04: Reprodução Projeto Intervenção. Seções Verticais Transversais e Planta de Cobertura. Fonte: IEF, 2007.

De um modo geral, a edificação apresenta estado de conservação razoável e que será melhor detalhada à frente. Entretanto, a mesma necessita de intervenções de manutenção, principalmente nas fachadas, esquadrias e instalações prediais, atualmente deterioradas pela ação das intempéries e ação da umidade descendente e ascendente. Internamente, o estado de conservação pode ser considerado bom, sendo necessário intervenções pontuais de manutenção.

A presente Especificação, visa fornecer às empresas de arquitetura e engenharia, com a habilitação requerida neste documento, requisitos mínimos necessários à formulação de propostas, bem como definir as diretrizes a serem observadas para a elaboração dos serviços acima referenciados, a ser contratada por meio de seleção na modalidade Tomada de Preços, de acordo com a política de Compras e Contratações do FUNBIO.

- Caracterizar o objeto a ser contratado.
- Estabelecer as normas, especificações e procedimentos que orientam os processos de desenvolvimento, aprovação e avaliação de projetos, objeto da contratação.
- Estabelecer a metodologia de planejamento gerencial das atividades a serem desenvolvidas.

- Estabelecer as formas de medição e fiscalização dos serviços que serão desenvolvidos durante o cumprimento do Contrato.
- Por meio da fiscalização da obra garantir: o cumprimento das normas, especificações e procedimentos; o estabelecimento do planejamento das atividades, execução da análise e adequação dos projetos de engenharia, gerenciando e supervisionando a obra; o suporte administrativo e técnico; a conferência dos padrões e níveis de qualidade projetados para serem executados; o estabelecimento dos critérios e programação dos serviços a serem realizados; a análise detalhada de documentos do processo de contratação da empresa executora da obra.

4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

Conforme descrito anteriormente, o PESC tem sua sede institucional implantada na Antiga Sede da Fazenda do Riachão, imóvel tombado pelo município de Buenópolis.

A edificação acautelada, alvo desta especificação, está implantada em região próxima à zona urbana de Buenópolis, distando, a partir do centro do distrito sede, 1 km. O acesso é feito, a partir da ponte sobre o Rio de Pedras, por estrada vicinal não pavimentada, em bom estado de conservação, que culmina na edificação da Fazenda do Riachão. A região, apesar de ruralizada, compreende zona urbana na setorização do município de Buenópolis.

A edificação tombada está dentro do perímetro do PESC, sendo o imóvel e seu entorno devidamente regularizada e em posse do estado de Minas Gerais, conforme informado pela Gerência da UC. As coordenadas geográficas da edificação tombada são 17°51'54.44"S e 44°11'3.84"O.



Fig. 06: Localização, pormenorizada, da Antiga Sede da Fazenda do Riachão em relação à sede de Buenópolis. Em vermelho, o limite do PESC. Fonte: Google Earth, 2024.

Conforme Relatório de Vistoria disponibilizado pelo IEF/ MG, e assinado pelos profissionais Arquiteto Kennedy Gilberto Ribeiro Silva e Arquiteta Edene Valéria dos Reis Araújo, em 02 de abril de 2024, *“a sede da Fazenda Riachão é um imóvel com arquitetura totalmente diferenciada dos demais bens da região. Passou por uma restauração nos últimos anos, conferindo segurança à estrutura física do prédio. Porém, a ação do tempo, o excesso de umidade e outros fatores acabaram contribuindo para a degradação das áreas internas e áreas externas. Além disso, a falta de manutenção preventiva e corretiva acarretou em portas e janelas com vidros e madeiras estragados, sendo necessárias assim reformas e medidas de conservação”*.

Desta forma, o Relatório de Vistoria tem como recomendação final a elaboração de *“um projeto de restauração e conservação do imóvel, medidas de conservação tendem a produzir um efeito muito positivo. As medidas sugeridas são substituição das portas e janelas, recuperação das fachadas, proteção das janelas de prospecção, paisagismo, retirada dos insetos, entre outros detalhes.”* Para além, o texto recomenda ainda *“que o bem tenha projeto de incêndio implementado, uma vez que a proteção contra incêndio e pânico é fundamental na preservação dos bens culturais.”*



Fig. 07 e 08: Fachada da Antiga Sede da Fazenda do Riachão e Salão Multiuso interno

Fonte: IEF, 2023.

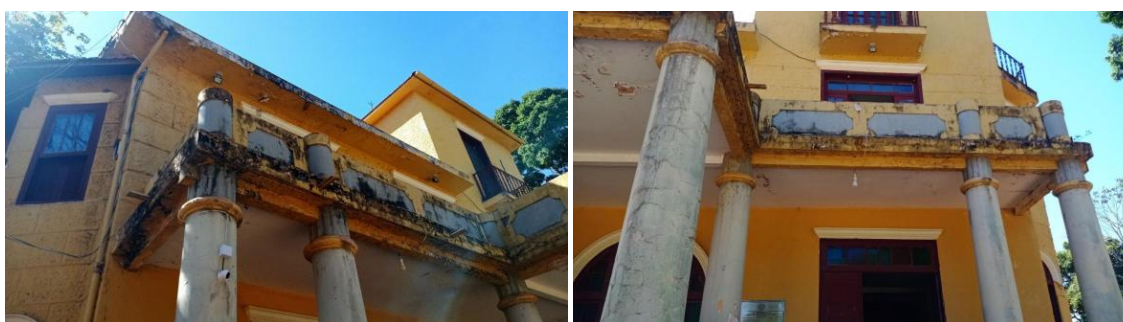


Fig. 09 e 10: Vistas pormenorizadas das fachadas do bem. Fonte: Relatório de Vitoria. IEF, 2024



Fig. 11 e 12: Vista Escada em Madeira e Fachada Lateral do bem. Fonte: Relatório de Vitoria. IEF, 2024

Desta forma, foi indicado pela gestão da UC a necessidade de a edificação tombada passar por serviços de:

- Manutenção da Cobertura;
- Manutenção das Fachadas;
- Manutenção/ Impermeabilização das Jardineiras;
- Manutenção do Sistema de Tratamento de esgoto, inclusive limpeza dos equipamentos;
- Manutenção da Escada de Acesso ao Segundo Pavimento;
- Substituição das Divisórias das Instalações Sanitárias do primeiro pavimento;
- Manutenção dos Revestimentos da Instalação Sanitária do segundo pavimento;
- Manutenção Geral das Esquadrias (Portas e Janelas),
- Revisão completa das instalações luminotécnicas;
- Revisão completa das instalações elétricas;
- Implementação de Projeto de Proteção Contra o Incêndio e Pânico, com o respectivo Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).
- Implementação de Projeto de Sistema Contra Descargas Atmosféricas (SPDA);
- Revisão completa do Projeto de Acessibilidade

De modo a planejar e orientar as intervenções necessárias na edificação tombada, faz-se necessário a realização de um diagnóstico pormenorizado das patologias da edificação, conforme listado acima, e a consequente execução de Projetos Executivos de Intervenção, tanto de Arquitetura quanto de Engenharia, no qual as ações de manutenção sejam devidamente especificadas por profissionais capacitados e habilitados para intervenções em bens acautelados como patrimônio cultural.

A intervenção/ restauração em edifícios históricos desempenham um papel crucial na preservação do patrimônio cultural e arquitetônico. Esses processos visam não apenas a conservação dos valores históricos e estéticos, mas também a adaptação das estruturas às necessidades contemporâneas e consiste num processo que visa contribuir para a preservação e o uso sustentável do bem acautelado. A intervenção/ restauração envolve tanto a conservação dos elementos originais, quanto a inserção, ou subtração, de componentes que permitam a utilização contemporânea do espaço. É um processo que busca equilibrar a preservação do valor histórico com a necessidade de tornar o edifício funcional e sustentável para os dias atuais.

Desta forma, o escopo desta especificação deverá orientar-se pelos princípios da integridade, autenticidade, reversibilidade e sustentabilidade, processo que protege a história e a cultura, conforme assinalado abaixo:

- Reversibilidade: As intervenções, quando possível, deverão ser reversíveis de forma a propiciar futuras intervenções;
- Objetividade: A restauração termina onde começa a hipótese. O segundo princípio é relativo à matéria da qual resulta a imagem; essa só é insubstituível quando há uma relação direta com a configuração da imagem, ou seja, quando está relacionada com o aspecto e não tanto com a estrutura. Neste ponto a restauração ganha certa liberdade no que se referem às estruturas e suportes mesmo que sempre em harmonia com os valores históricos. Quanto menos se intervir na edificação melhor;
- Autenticidade: As reintegrações devem ser reconhecíveis com facilidade, mas sem que para isto tenham de romper a unidade que se busca reconstituir. Deste modo a intervenção deve ser reconhecida desde a distância a que a obra será contemplada; reaproveitando sempre os materiais originais.
- Unidade Potencial: os elementos construtivos e simbólicos que definem a edificação como tal e marcam, no tempo e no espaço, sua inserção como elemento urbano (fachadas, esquadrias, arranjos internos e fragmentação de uso) deverão ser mantidos;
- Acessibilidade: a acessibilidade é um componente essencial na reabilitação de edifícios históricos, garantindo que todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, possam usufruir do espaço. Desta forma, os espaços foram adaptados para atender às necessidades contemporâneas sem comprometer sua integridade histórica. A acessibilidade é abordada através da instalação de elevadores, banheiros acessíveis e readequação das escadas. Essas adições são integradas de maneira sensível ao design existente, minimizando o impacto visual e estrutural. A inclusão de soluções de acessibilidade garante espaço seja funcional para todos os visitantes, promovendo a inclusão e a igualdade.
- Instalações Prediais: Readequar e modernizar, de maneira generalizada, todas as instalações prediais do edifício, atendendo as normas vigentes

Para além, é balizar a este projeto o atendimento as diretrizes de intervenção propostas no Dossiê de Tombamento Municipal do bem cultural em tela, assim como a aprovação deste projeto junto ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Buenópolis.

5. ESCOPO DE SERVIÇOS

Os serviços compreendem o fornecimento de pessoal técnico qualificado, bem como demais recursos necessários e especificados, para a execução dos serviços de Projetos de Arquitetura e Engenharia necessários para a manutenção da Antiga Sede da Fazenda Riachão (atual sede institucional) do PESC e fiscalização da obra.

Os Projetos de Arquitetura e Engenharia deverão contemplar intervenções que causem o mínimo impacto ambiental no interior da UC, tendo como principal pilar a adoção de técnicas que respeitem os valores estéticos e culturais da edificação tombada, com o mínimo de interferência à autenticidade do bem, seja a autenticidade histórica, dos materiais, dos processos construtivos e do espaço envolvente. A garantia da autenticidade implica na manutenção da maior quantidade possíveis de materiais originais, de modo a se evitar falsificações de caráter histórico e artístico. Na impossibilidade de manutenção dos materiais originais, deverão ser especificados materiais compatíveis com os existentes, como também tenham caráter reversíveis, ou seja, possam ser removidos no futuro sem acarretar maiores danos ao bem cultural tombado.

Todas as intervenções de manutenção a serem propostas deverão respeitar as orientações e diretrizes das políticas públicas de preservação e proteção dos bens culturais brasileiros, os valores estéticos e culturais do bem, com o mínimo de interferência a sua autenticidade histórica e cultural.

Deverão ser observados as recomendações e princípios das cartas patrimoniais, nacionais e internacionais, para projetos de preservação de bens culturais.

As intervenções de manutenção propostas no Projeto de Arquitetura e Engenharia deverão ser alvo de análise e aprovação pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Buenópolis, órgão responsável pela gestão do acervo acautelado pelo município.

Tem-se também como premissa a adoção de atitudes projetuais e de desenho que primam pela acessibilidade, pela eficiência energética, sempre prezando pela ventilação e iluminação natural, pelo conforto termoacústico, pela adaptabilidade às características locais de clima e relevo, a funcionalidade do espaço como um todo, a alta durabilidade e fácil manutenção, relação equilibrada entre custo e benefício, segurança das edificações e a harmonia na composição das fachadas das edificações, desde que respeite a autenticidade do bem cultural em tela.

Os serviços deverão ser executados em consonância com os normativos existentes, em conformidade com os critérios definidos nesta especificação, de acordo com as normas técnicas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como que devem seguir as legislações municipais, estaduais e/ou federais vigentes.

No que diz respeito às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a CONTRATADA deverá atentar-se, no mínimo, para a listagem abaixo, sempre em suas versões atualizadas, sendo:

- NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- NBR 16.280: Reforma em Edificações;
- NBR 16.636: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos;
- NBR 15.575: Edificações habitacionais – desempenho;
- NBR 6.492: Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos;
- NBR 5.410: Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- NBR 5.419: Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas.

Os serviços deverão incluir a fiscalização da execução da obra, avaliando os materiais empregados, elaborando pareceres e fazendo medições de acordo com esta especificação e

acompanhamento do processo de contratação da empresa que executará o serviço (análise técnica das documentações das empresas concorrentes).

Para encaminhamento da proposta comercial, a concorrente deverá realizar, previamente, visita técnica obrigatória ao local, acompanhada pelo Gestor da UC para total conhecimento das demandas, gerais e específicas, assim como do reconhecimento das condições locais, de modo a subsidiar a elaboração da proposta comercial. No ato da visita deverá ser lavrada um Atestado de Visita Técnica, assinado pelo Gestor da UC, que comprovará o comparecimento da concorrente. Este documento deverá ser anexado à proposta comercial.

5.1. Relação de Produtos e Projetos/ Serviços a serem elaborados

A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data estabelecida na assinatura do contrato, um Plano de Trabalho, contendo as seguintes informações:

- Plano de Trabalho, com cada uma das atividades de uso direto ou indireto dos serviços, assim como a metodologia proposta para controle, coordenação, articulação e integração dos trabalhos envolvidos no Projeto e cronograma proposto pela para a execução dos serviços, validado ou, caso necessário, apresentar proposta de revisão do cronograma, para aprovação pela UC beneficiária, mantendo o prazo final de execução dos serviços estabelecido no item 6 desta especificação.

Após aprovação do Plano de Trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar os produtos abaixo:

Produto 01: Serviços Preliminares

1. Relatório Técnico/ Fotográfico de Vistoria à edificação, com diagnóstico completo das patologias a serem sanadas, abrangendo:

- Cobertura;
- Fachadas;
- Jardineiras;
- Escada de Acesso ao segundo pavimento;
- Instalações Sanitárias do primeiro pavimento;
- Instalação Sanitária do segundo pavimento;
- Sistema de Tratamento de Esgoto;
- Esquadrias (Portas e Janelas);
- Instalações Elétricas;
- Instalações Luminotécnicas.

2. Levantamento Cadastral

- Escada de Acesso ao segundo pavimento
- Instalações Sanitárias (primeiro e segundo pavimento)
- Esquadrias (Portas e Janelas)
- Instalações Elétricas;
- Instalações Luminotécnicas.

Observação: O IEF/ MG vai fornecer, em bases .dwg, os Projetos Executivos de Arquitetura e Engenharia (Estrutural, Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitário e Luminotécnico) executados em 2007 e utilizados na última obra de intervenção.

Produto 02: Anteprojeto

1. Anteprojeto de Arquitetura (Cobertura, Fachadas, Jardineiras, Escada, Instalações Sanitárias, Esquadrias)
2. Anteprojeto de revisão da Acessibilidade
3. Anteprojeto de Revisão das Instalações Elétricas;
4. Anteprojeto de Revisão das Instalações Luminotécnicas;
5. Anteprojeto de Prevenção e Combate ao Incêndio e ao Pânico;
6. Anteprojeto de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)
7. Pré-Definição Geral dos Serviços e Especificação de Materiais para serviços de manutenção necessárias;
8. Estimativa de Custo de Obra.

ATENÇÃO: Os Produto 03A e 03B, que serão apresentados abaixo, deverão ser desenvolvidos de maneira concomitante.

Produto 03A: Projetos Legais:

1. Aprovação junto ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Buenópolis;
2. Aprovação de Projeto no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais;

Produto 03B: Projeto Executivo

1. Projeto Executivo de Arquitetura (Cobertura, Fachadas, Jardineiras, Escada, Instalações Sanitárias, Esquadrias);
2. Projeto Executivo de revisão da Acessibilidade;
3. Projeto Executivo de Impermeabilização das Jardineiras;
4. Projeto Executivo de Revisão das Instalações Elétricas, inclusive Entrada de Energia;
5. Projeto Executivo de Revisão das Instalações Luminotécnicas, inclusive Entrada de Energia;
6. Projeto Executivo de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP);
7. Projeto Executivo de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas;
8. Coordenação e Compatibilização dos Projetos Executivos elencados acima;
9. Planilha de Orçamentos, com base nas tabelas de referência do órgão estadual e/ou, quando necessário, as tabelas de referência SINAPI, acompanhada das Memórias de Cálculo dos Quantitativos, Memória de Cálculo para Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e Mapa de Cotações; Caderno de Especificações Técnicas dos Materiais e Serviços/ Memorial Descritivo para todas as disciplinas acima;
10. Memória de Cálculo, para todas as disciplinas acima;
11. Relatório Técnico/ Manual para Uso, Operação e Manutenção das Edificações.

12. O projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), deverá ser elaborado com finalidade de obter o licenciamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), buscando a regularização da edificação junto ao CBMMG.
13. A edificação que será contemplada com a reestruturação e readequação às normas ao padrão INFOSCIP - Sistema de Informação do Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico. Cujos trâmites burocráticos e financeiros em decorrência de aprovações nos respectivos órgãos deverão ser realizados pela CONTRATADA.

Produto 04: Fiscalização - Relatório do acompanhamento do processo de seleção de empresa habilitada para executar a obra.

O processo de seleção e contratação de empresa habilitada para executar a obra será conduzida pelo FUNBIO. Caberá à contratada participar das análises de propostas e apresentar o parecer/relatório sobre o atendimento da especificação e projetos da obra, além de tirar dúvidas técnicas das equipes que também acompanharão o processo.

Produto 05: Relatórios de visitas de fiscalização, pelo menos quinzenais ou quando solicitado pela equipe técnica do estado, conforme produtos a seguir (05A a 05O):

1. Acompanhar e fiscalizar o andamento das obras, garantindo o cumprimento do cronograma estabelecido.
2. Analisar e assegurar que os materiais utilizados estejam de acordo com as especificações técnicas do projeto.
3. Verificar a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas e de segurança.
4. Realizar inspeções periódicas estabelecidas neste documento, para identificar e corrigir possíveis desvios no processo construtivo.
5. Documentar o progresso da obra, incluindo fotos, relatórios e checklists de atividades concluídas, bem como aferir as medições.

Produto 05A: Relatório da 1ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05B: Relatório da 2ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05C: Relatório da 3ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05D: Relatório da 4ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05E: Relatório da 5ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05F: Relatório da 6ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05G: Relatório da 7ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05H: Relatório da 8ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05I: Relatório da 9ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05J: Relatório da 10ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05K: Relatório da 11ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05L: Relatório da 12ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05M: Relatório da 13ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05N: Relatório da 14ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05O: Relatório da entrega definitiva da obra, acompanhado da planilha de medição final e emissão do Termo Definitivo de Recebimento da Obra.

Observação: Todos os relatórios referentes às visitas técnicas ou de fiscalização deverão conter registro fotográfico detalhado. Os relatórios de entrega definitiva deverão conter registros fotográficos do 'antes' e 'depois'.

5.2. Características dos Serviços a serem Executados:

Caracterização dos Serviços:

A CONTRATADA deverá apresentar o Relatório Técnico/ Fotográfico de Vistoria à edificação, com diagnóstico completo das patologias a serem sanadas na edificação tombada, abarcando os itens elencados no item 5, assim como a infraestrutura física e a definição das necessidades de manutenção. Tal vistoria deverá ser complementada com as informações sobre as legislações de regularização urbana e ambiental, técnicas construtivas, Normas Técnicas aplicáveis, entre outros. O Relatório deverá reunir e resumir as informações coletadas em visita, na pesquisa documental e as precedentes, de qualquer natureza, que possam influir nas futuras obras de manutenção do bem tombado. O Relatório deverá ser elaborado contendo formulários e planilhas, que indiquem os elementos cadastrados, correlacionando-os aos desenhos, fotos, coordenadas geográficas, bem como descrições e/ou observações complementares que se façam necessárias.

A CONTRATADA deverá elaborar os desenhos de cadastro elencados no item 5, tantos quanto forem necessários, de forma a permitir a clara leitura dos elementos construtivos e detalhamentos necessários para subsidiar a elaboração dos projetos executivos e suas respectivas aprovações.

A CONTRATADA deverá, após execução dos serviços preliminares, elaborar os projetos a serem desenvolvidos considerando as demais 03 (três) fases de elaboração: Anteprojeto, Projeto Legal e Projeto Executivo, os quais devem ser analisados e aprovados por fiscal/ corpo técnico definido pelo Órgão Gestor da UC. Cada uma das fases aqui citadas deverá ser alvo de análise e aprovação pelo fiscal/ corpo técnico citado acima e a CONTRATADA somente poderá iniciar uma nova fase após aprovação formal da fase anterior.

O Anteprojeto deverá ser aprovados pela Gestão, assim como pelo órgão estadual responsável pela UC e devidamente apresentados ao Conselho Consultivo da UC.

Após a aprovação do Anteprojeto citado no parágrafo acima, faz-se necessário desenvolver os Projetos Legais e aprová-los nos respectivos órgãos reguladores citados no item 5.1, com as devidas especificidades necessárias a cada órgão competente.

Os Projetos de Arquitetura e Complementares deverão prever as adequações necessárias para atendimento às Normas de Acessibilidade vigentes, garantindo o uso do espaço às pessoas com

necessidades especiais ou com mobilidade reduzida. Deverão ainda prever o detalhamento da recomposição do piso, alvenarias e lajes/ forros quando ocorrer interferências junto a estrutura da edificação.

A CONTRATADA deverá especificar materiais e métodos construtivos, produtos e processos que atendam o desempenho mínimo estabelecido no layout proposto, com base nas normas e no desempenho declarado pelos fabricantes dos produtos a serem empregados na fase de operação da edificação e as recomendações nacionais e internacionais para projetos de intervenção em bens acautelados como patrimônio cultural.

A preservação e a conservação da biodiversidade pretendida pela UC, e seu uso sustentável, exige não apenas que se mantenha a sua integridade física e simbólica, mas que também fenômenos lesivos a sua integridade sejam minimizados e controlados. Concomitantemente, o uso público da UC exige que sejam dadas destinações específicas que permitam contribuir para o desenvolvimento social em geral e, em particular, para o desenvolvimento das comunidades às quais eles estão diretamente associados. A relação entre salvaguarda e destinação, entre preservação/conservação e desenvolvimento, deve se dar, necessariamente, de forma sustentável e que garanta que a natureza seja entendida permanentemente como portadora de relevante significação e, assim sendo, ocupe um lugar de destaque no passado, presente e futuro, na memória, cotidiano e projetos de uma sociedade.

Para tal, dotar a UC de uma infraestrutura compatível e eficiente, que atenda aos usuários de maneira universal e que seja efetiva social e economicamente, permite, inclusive, afetar positivamente tais usuários, introjetando os conceitos de educação ambiental, de inclusão e de sustentabilidade que serão intrínsecas às intervenções.

Desta forma, traçamos a seguir as diretrizes de sustentabilidade a serem cumpridas pelas intervenções no interior da UC:

Tabela 01. Diretrizes de Sustentabilidade

Uso Racional da Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensionamento Eficiente da Rede;
Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de Equipamento com Certificação de Eficiência Energéticas
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Preferência por fornecedores com certificado ambiental; • Preferência por fornecedores locais
Esgotamento Sanitário	<p>Deve-se dar especial atenção ao projeto de tratamento de efluentes, não contemplado de maneira satisfatória no Anteprojeto. Ressalta-se a necessidade de se adotar padrões de pureza compatíveis com a legislação pertinente, além de ser recomendável a adoção de sistemas demonstrativos de vanguarda, mesmo que parciais. Não serão admitidos descartes de efluentes nos cursos d'água (CONAMA nº 430/2011), devendo ser priorizados sistemas de reuso e/ou evapotranspiração e/ou valas de infiltração.</p> <p>Utilização, nas áreas urbanizadas, de Reatores anaeróbicos em PRFV (Plástico Reforçado com Fibras de Vidro), Filtros anaeróbicos em PRFV, Biodigestores Estanques pré-fabricados e sumidouros de infiltração ou valas de infiltração, em função do N.A. do solo. Já existe pelo menos um sistema de tratamento de esgoto em PRFV da BIOFIBRA, necessitando de retirada do lodo acumulado no fundo dos equipamentos. Deverá ser verificado a necessidade de se recuperar mais alguma ETE implantada no local.</p>

	Seguir as orientações fornecidas pela DAF-Infra.
--	--------------------------------------------------

Todas as obras e intervenções indicadas neste caderno deverão orientar-se por materiais com alto padrão de eficiência e sustentabilidade, assim como obras rápidas, limpas e organizadas, promovendo o mínimo impacto quando de sua inserção.

Assim, apresentamos a seguir os requisitos mínimos para as intervenções propostas:

Tabela 02. Diretrizes para as Edificações

Iluminação	200 lux geral 500 lux áreas de trabalho
Instalações Gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensionamento e Instalação de Redes Elétricas, Hidrossanitários e de Drenagem Eficientes; • Instalações e Equipamentos de Prevenção e Combate ao Incêndio, com aprovação do Corpo de Bombeiros (AVCB);
Iluminação	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto de iluminação artificial deve ter como diretriz a necessidade de se evitar qualquer emissão de luz desnecessária para dentro da área de uso mais controlada da UC, dada a priorização da conservação da biodiversidade (exemplos e alternativas: iluminação direcionada para fora da UC, iluminação com foco, redução da altura dos postes etc) e deve incluir a iluminação dos pórticos e fachadas das edificações, se for o caso.
Recomendação Geral	<ul style="list-style-type: none"> • As construções deverão ser adaptadas as mudanças climáticas (regime pluviométrico severo, captação, armazenamento e reuso de água pluviais, resistência à vendavais, etc)

A especificação de materiais para as obras de intervenção deverá prezar pela sustentabilidade, que minimize o impacto ambiental no interior da UC, e na sua cadeia de produção, sendo indicado a busca dos materiais certificados. Para além, as especificações deverão obedecer a critérios técnicos e as normas vigentes, principalmente no que diz respeito a projetos de intervenção em bens acautelado como patrimônio cultural. A especificação e utilização/ contato com materiais perigosos deverá ser eliminado ou severamente mitigado.

Recomenda-se também que a escolha dos materiais e paleta de cores para a intervenção, tenha integração estética com a ambiência edificada já existente na UC, buscando-se harmonia e integração entre as edificações, assim como a preservação da autenticidade da edificação tombada.

Faz parte do escopo também, a elaboração de Planilha Orçamentária (incluindo curva ABC) contemplando todos os serviços e adequações necessários para execução das obras de manutenção, acompanhada das Memórias de Cálculo, Levantamento dos Quantitativos de

todas as disciplinas, por prancha, Memoria de Cálculo para Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e Mapa de Cotações, conforme modelo disponibilizado.

A documentação gráfica da planilha orçamentária deverá ser apresentada em formato XLSX, conforme o modelo que compõe os documentos padrão anexo ao Edital, tendo como referência de preços a Tabela de Referência disponibilizada pelo órgão estadual e/ou Tabela do SINAPI. Para os itens que não constantes nas tabelas acima, deverá ser criada composição de custo unitário, com no mínimo 3 (três) cotações específicas, bem como apresentar mapa de coleta de preço, contendo a descrição completa da especificação técnica, definição da unidade e quantitativo levantado, acompanhado dos três orçamentos, em papel timbrado do fornecedor, devidamente assinado. Junto à Planilha Orçamentária deverá ser apresentada também, a CURVA ABC.

Todos os Projetos e Serviços listados acima, incluindo a fiscalização da execução da obra, deverão ser acompanhados do respectivo Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU BR ou da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA do estado, pelos do Responsáveis Técnicos.

6. RESULTADOS, PRODUTOS ESPERADOS E CRONOGRAMA

A empresa deverá cumprir as atividades listadas acima, apresentando como resultado os produtos especificados no item 5.1, conforme cronograma abaixo:

Tabela 03: Cronograma Físico/ Financeiro

Nº Produto	Descrição	Prazo de Entrega (dias corridos a partir da assinatura do contrato)	Prazo de avaliação do Produto pelo fiscal/ corpo técnico definido pela Gestão da UC (dias corridos)	Prazo de atendimento das revisões apontadas pelo fiscal/ corpo técnico definido pela Gestão da UC e entrega final do Produto (dias corridos)	% valor contrato a ser medido
---	Plano de Trabalho	10	07	07	---
Produto 01	Serviços Preliminares	10	07	07	5%
Produto 02	Anteprojeto	40	07	07	10%
Produto 03A	Projetos Legais	70	07	07	15%
Produto 03B	Projetos Executivos	105	07	07	20%
Produto 04	Relatório do acompanhamento do processo de seleção	170	05	05	5%
Produto 05A	Relatório da 1ª visita de	230	07	07	2,5%

Especificação nº 2024.1128.00024-3

	fiscalização, acompanhado da planilha de medição				
Produto 05B	Relatório da 2ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	245	07	07	2,5%
Produto 05C	Relatório da 3ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	260	0	07	2,5%
Produto 05D	Relatório da 4ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	275	07	07	2,5%
Produto 05E	Relatório da 5ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	290	07	07	2,5%
Produto 05F	Relatório da 6ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	305	07	07	2,5%
Produto 05G	Relatório da 7ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	320	07	07	2,5%
Produto 05H	Relatório da 8ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	335	07	07	2,5%
Produto 05I	Relatório da 9ª visita de fiscalização, acompanhado da	350	07	07	2,5%

	planilha de medição				
Produto 05J	Relatório da 10ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	365	07	07	2,5%
Produto 05K	Relatório da 11ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	380	07	07	2,5%
Produto 05L	Relatório da 12ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	395	07	07	2,5%
Produto 05M	Relatório da 13ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	410	07	07	2,5%
Produto 05N	Relatório da 14ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	425	07	07	2,5%
Produto 05O	Relatório final de fiscalização, acompanhado do Termo Definitivo de Recebimento da Obra	450	07	07	10%

O prazo total para execução dos Produtos 01 a 05O será de 450 dias, a partir da assinatura do contrato.

O contrato deverá ter vigência de 660 dias.

7. EQUIPE TÉCNICA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA

7.1. Equipe Técnica

A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica adequada para execução dos serviços para a execução dos serviços e compatível com o objeto desta especificação, que deverá conter pelo menos:

- 01 (um) Arquiteto Coordenador-Geral de Projetos com experiência em coordenação e/ou supervisão e/ou gerenciamento e execução de projetos de **Intervenção em Bens Tombados com porte semelhante ao objeto da especificação (área mínima de 400m2)**;
- 01 (um) Engenheiro Eletricista, com experiência comprovada em Projetos Elétricos em **Bens Tombados com porte semelhante ao objeto da especificação (área mínima de 400m2)**;
- 01 (um) Arquiteto ou Engenheiro, com experiência em Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico em **Bens Tombados com porte semelhante ao objeto da especificação (área mínima de 400m2)**;
- 01 (um) Arquiteto ou Engenheiro, com experiência em elaboração de planilha orçamentária **com porte semelhante ao objeto da especificação**.

A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da concorrência, Relação da Equipe Técnica acima, acompanhada de declaração da concorrente no sentido de que, sagrando-se vencedora do certame, irá compor a equipe técnica obedecendo às exigências aqui estabelecidas.

O Coordenador-Geral de Projetos poderá acumular outras funções, além de ser o Responsável Técnico pela pessoa jurídica a ser CONTRATADA.

O(A) profissional da fiscalização a ser contratado(a) para acompanhamento e análise de documentos do processo seletivo da empresa que construirá a obra e fiscalização da execução da obra, de acordo com os projetos, deverá ser engenheiro civil.

Os demais membros da Equipe Técnica poderão acumular habilidades nas várias disciplinas exigidas acima, desde que tais habilidades sejam comprovadas por meio da Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pela entidade competente, conforme especificações abaixo.

Os membros da Equipe Técnica relacionados deverão demonstrar vínculo com a pessoa jurídica a ser CONTRATADA, sendo o vínculo demonstrado através de:

- Na situação de sócio, a comprovação será realizada mediante cópia do contrato social. Na situação de empregado, a comprovação de seu vínculo será feita através de ficha ou de livro de registro de empregado ou de contrato de trabalho.
- Nos demais casos será suficiente à prova da existência de contrato de prestação de serviço regido pela legislação cível comum.

7.2. Capacitação Técnica

Para fins de comprovação da qualificação técnica e experiência dos membros da equipe técnica, a empresa concorrente deverá apresentar, no ato da concorrência, a Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), para cada um dos membros da equipe, com especificação técnica compatível com o objeto da concorrência (característica da edificação e área construída).

A pessoa jurídica, e os membros equipe técnica, deverão apresentar Registro e Certidão de regularidade junto ao CAU e/ou CREA.

A pessoa jurídica, e os membros equipe técnica, deverão apresentar currículo de até 3 (três) páginas. A FISCALIZAÇÃO, a qualquer tempo, poderá requerer, por meio de correspondência fundamentada, a substituição de membros da equipe que, a seu juízo, não estejam correspondendo aos princípios de eficiência e de qualidade exigidos para a execução dos serviços.

8. PLANEJAMENTO GERENCIAL DAS ATIVIDADES

As atividades serão balizadas por meio de reuniões integradas entre a gestão da UC beneficiária e a CONTRATADA.

As reuniões serão realizadas periodicamente em data pré-fixada, e sempre que a FISCALIZAÇÃO do contrato julgar necessário, devendo ser registradas em atas, que deverão ser enviadas às partes interessadas.

No ato da assinatura do contrato será agendada a primeira reunião de coordenação, com a gestão da UC beneficiária e a Equipe Técnica da CONTRATADA, juntamente, com o fiscal de contrato designado para tal. A reunião terá o intuito de esclarecer possíveis dúvidas referentes à execução dos serviços contratados, e terá como objetivos:

- Apresentação do gestor da UC Beneficiária e da Equipe Técnica responsável pelo desenvolvimento dos serviços contratados.
- Nivelamento das informações entre toda a equipe técnica envolvida.
- Transmissão, pela equipe da UC beneficiária, dos procedimentos de gestão do Contrato, das instruções iniciais e das diretrizes para a elaboração dos projetos e planilha orçamentária.
- Esclarecimentos Gerais.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Todos os documentos deverão ser produzidos com o uso de Programas de Informática e gravados em Meio Magnético e disponibilizados através da internet, de modo tal que seja possível sua leitura e modificação através dos Programas de Informática da UC beneficiária:

- Para a edição de textos o Programa Padrão é o “Word” (para ambiente “Windows”, da Microsoft). Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “doc ou docx”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”;
- Para a edição de planilhas o Programa Padrão é o “Excel”, da Microsoft (para ambiente “Windows”, da Microsoft). Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “xls ouxlsx”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”;
- Para apresentações multimídias os programas padrões são: o “Power Point”, da Microsoft. Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “ppt ou pptx”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”;
- Para a produção de desenhos (CAD) o Programa Padrão é “AutoCAD”, versão 2012 ou inferior. Independentemente do Sistema utilizado para execução dos desenhos, deverão ser fornecidos, em todas as etapas, os Arquivos Eletrônicos nas versões “dwg” e “dxf”, além dos arquivos em “pdf”. Deverão ser indicadas, em cada desenho, as configurações adotadas (penas, textos, etc.);

- Preferencialmente, os Projetos Executivos deverão ser entregues em formato A1 ou A1+.
- Para a produção de Planilha de Orçamentos de Obras e Serviços de Engenharia, poderá ser usado qualquer programa de orçamentação de obras e serviços de engenharia que atenda a especificação, contudo deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos em planilha eletrônica padrão “Excel”, além dos arquivos em “pdf”;
- Para o Planejamento de Atividades, o Programa Padrão é o “MS-Project”, da Microsoft (para ambiente “Windows”, da Microsoft).
- Para a Comunicação Visual, os produtos devem ser entregues também em arquivos editáveis compatíveis com o programa Corel Draw 12.
- Para as Perspectivas Humanizadas, deverão ser utilizados programas de renderização de projetos (ArchiCad, SketchUp etc), e fornecidas imagens no formato “jpg” em alta resolução (300 dpi), com tamanho de referência de 3 metros x 2 metros e no padrão de cores CMYK. Os vídeos de ilustração das fases de Estudo Preliminar e Anteprojeto devem ter formato mp4 e resolução mínima Full HD (1920 pixels por 1080 pixels);
- Cada Produto deverá ser apresentado em cadernos individuais, organizados com índices, conforme modelo organizacionais a serem fornecidos pela CONTRATANTE.

Todos os produtos finais deverão ser entregues à gestão da UC beneficiária, por e-mail ou arquivo em nuvem, a ser especificado pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá emitir e entregar o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT – CAU) e/ou a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART – CREA) junto ao conselho responsável de todos os produtos contratados.

O projeto e seus produtos relacionados devem ser fornecidos em escalas, padrões e legendas compatíveis com as Normas Técnicas (ABNT) e as legislações federal, estadual e municipal e de acordo com as exigências dos órgãos licenciadores.

10. DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

A fiscalização do Contrato é competência e responsabilidade da CONTRATANTE, e consiste em supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, exigindo da CONTRATADA o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, segundo procedimentos definidos nesta especificação e no Contrato, e em conformidade com as especificações, normas técnicas e legislação pertinente.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por Servidor(es) alocados na UC beneficiária, formalmente designado(s) para tal, permitida a contratação de terceiros, empresa de Consultoria, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição caso os mesmos não sejam habilitados para tal atividade.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR DA UC

Compete ao órgão gestor da UC:

- Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar o seu trabalho de acordo com as normas pactuadas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços através de servidores especialmente designados e habilitados para tal;

- Acompanhar o cronograma físico-financeiro e informar à CONTRATADA as divergências observadas em relação à execução dos Serviços;
- Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições;
- Paralisar e/ou solicitar que seja refeito qualquer serviço que não seja executado em conformidade com norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do Contrato;
- Exigir da CONTRATADA a substituição dos profissionais, caso seja constatada a sua inadequação para conduzir os serviços conforme especificado, ou exigir maior número de profissionais para recuperar atrasos de cronograma;
- Verificar e aprovar os Projetos e relatórios;
- Reportar a CONTRATANTE toda e qualquer anormalidade durante a execução dos serviços pela CONTRATADA;
- Emitir o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) dos serviços, nas datas previstas.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA adotar as providências a seguir relacionadas, para a adequada execução dos Serviços:

- Emitir, num prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, as ARTs e RRTs relativas aos serviços contratados. As taxas e emolumentos relativos à emissão das ARTs e RRTs deverão ser pagas pela contratada, sem ônus à contratante. Num prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato as ARTs e RRTs deverão ser apresentadas e entregues à FISCALIZAÇÃO.
- Iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir da data de assinatura do contrato dos serviços;
- Permitir e facilitar o pleno exercício das funções da FISCALIZAÇÃO estabelecida;
- Acatar toda orientação técnica advinda da FISCALIZAÇÃO com relação aos serviços, desde que estas não impactem em mudança significativas no contrato ou projeto;
- Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às disposições da especificação e do Contrato, às Normas Técnicas aplicáveis, às Especificações Técnicas, às Planilhas de Quantitativos e Preços, além das instruções oriundas da FISCALIZAÇÃO;
- Manter, durante a vigência do Contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo de seleção, em especial a equipe de técnicos, indicada para fins de capacitação técnica profissional, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pelo CONTRATANTE
- Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, civis, previdenciários e trabalhistas, decorrentes da execução do Contrato.
- Responsabilizar-se pelo pagamento dos custos referentes à logística (deslocamento, hospedagem, alimentação, equipamentos, etc) decorrentes da execução do Contrato.
- Ser responsável civil pelos serviços e manter a frente dos trabalhos o(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) na seleção, que deverá ter todo poder para representá-la junto ao CONTRATANTE.

- Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade dos serviços que executar, respondendo pela exatidão dos estudos, cálculos e dos projetos.
- Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para retirar ou substituir qualquer funcionário, cujo trabalho não estejam atendendo a contento e tecnicamente às suas solicitações.
- Providenciar as aprovações e registros específicos junto aos órgãos competentes, municipais, estaduais e/ou federais, tais como, Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, Concessionárias de Serviços Públicos, Patrimônio Histórico, conforme o caso. As Taxas e Emolumentos necessários para a aprovação serão por conta da CONTRATADANTE;
- Comunicar à FISCALIZAÇÃO e ao CONTRATANTE a ocorrência de quaisquer atos, circunstâncias ou anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias.
- Encaminhar ao gestor da UC beneficiária e ao CONTRATANTE, quando identificada a necessidade da prorrogação do prazo de execução dos serviços, solicitação de aditivo ao Contrato, até 45 (quarenta e cinco) dias corridos antes do seu vencimento, mediante apresentação formal de motivos estritamente técnicos ou supervenientes que a justifiquem, acompanhado do Cronograma Físico-Financeiro adequado ao novo prazo proposto, para análise e aprovação.
- Encaminhar ao gestor da UC beneficiária e ao CONTRATANTE, no caso da verificação no decorrer dos serviços da necessidade de acréscimo de serviços ou serviços não previstos no Contrato, solicitação de aditivo de valor ao Contrato, até 10 (dez) dias corridos após a sua constatação, mediante apresentação formal de motivos estritamente técnicos ou supervenientes, para análise e aprovação.
- Após o exame e aprovação das justificativas apresentadas e acerto da planilha, a CONTRATADA deverá entregar ao gestor da UC beneficiária e à FISCALIZAÇÃO o novo Cronograma Físico-financeiro adequado às alterações propostas, visando à formalização do aditivo.
- Manter seus empregados, quando nas dependências da UC beneficiária, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual deverá constar, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e sua fotografia.
- Informar formalmente aos seus empregados as premissas de trabalhos dentro de Unidade de Conservação como proibição de pesca, caça de animais, limpeza, princípios éticos ambientais, etc...
- Os atrasos no cumprimento do cronograma de elaboração dos serviços não justificados ou com justificativas não aceitas pela gestão da UC e reportados ao CONTRATANTE serão punidos com a aplicação de multas e/ou outras penalidades previstas no contrato.
- Caso seja necessário, quando da conclusão dos Projetos, deverá ser emitida nova Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU , referenciando os dados definitivos dos projetos.
- Adotar protocolos de segurança sanitária, sobretudo quanto à disseminação do COVID e quanto aos grupos de risco, como as gestantes;

Para além das obrigações cima, a CONTRATANTE exigirá que a CONTRATADA cumpra ainda as solicitações abaixo:

- Em caso de serviços com furação de solo/ movimentação de terra (exemplo: sondagem), prever protocolo para ACHADOS FORTUITOS;
- Promover Ambiente de trabalho deve ser livre de assédio moral e sexual;
- Promover Ambiente de trabalho deve ser livre de preconceito contra minorias;
- Fiscalizar que a Carga horária legalmente estabelecida deve ser respeitada;
- Promover Pagamento equivalente para homens e mulheres;
- Desenvolver treinamento para que a equipe de campo seja capacitada sobre assédio e gênero;
- Proibir Trabalho Infantil;
- Promover canais de denúncias (Grievance) relativas à assédios sexuais, morais e discriminação contra minorias no ambiente de trabalho (ex.: livro de reclamações, ouvidoria, etc);
- Apoiar e divulgar os canais de denúncias (Grievance).

13. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS

Todos os produtos/ serviços deverão ser entregues, constando a quantidade e formato da prancha e/ou cadernos, com o nome do arquivo, a especificação do projeto/documento e sua descrição.

Os pagamentos, conforme especificado no item 6, serão de acordo com a conclusão/ aprovação de cada um dos produtos que fazem parte desta especificação, que deverão estar devidamente aprovados pelo fiscal/ corpo técnico definido pelo órgão gestor da UC. Após recebimento e aprovação dos produtos o órgão gestor da UC deverá emitir Termo de Recebimento e Aceite no sistema Cérebro e encaminhar os produtos aprovados para a CONTRATANTE.

Após tramites acima, será autorizado a emissão da Nota Fiscal pela CONTRATADA. Após recebimento da Nota Fiscal, a CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis.

14. DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais das soluções apresentadas nos projetos elaborados, suas especificações técnicas, toda documentação produzida e congêneres e todos os demais produtos gerados na execução do contrato, são de propriedade da CONTRATANTE. Fica proibida a sua utilização pela CONTRATADA, sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Da confidencialidade e propriedade intelectual:

A CONTRATADA não poderá revelar a qualquer pessoa, governo e/ou a outra entidade externa à CONTRATANTE quaisquer informações gerais e/ou particulares reservadas à CONTRATANTE, relativo aos serviços objetos do contrato;

Esta obrigação de confidencialidade permanece vigente mesmo após o término do Contrato firmado.

15. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica de todos os produtos entregues é da CONTRATADA, mesmo após o término do contrato. Cabendo à mesma esclarecer e ajustar o projeto no caso de haver esta

obrigatoriedade por parte dos órgãos licenciadores da CONTRATANTE ou quaisquer outras obrigações que recaia sobre o projeto, a qualquer tempo.

A análise e aprovação dos produtos entregues pela CONTRATADA para execução do serviço a que se refere esta especificação são de responsabilidade da gestão da UC beneficiária, que terão pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a execução dos serviços desta especificação.